

<http://dx.doi.org/10.15202/19811896.2016v21n42p120>

PERSPECTIVAS DE AÇÕES INTEGRADAS NO CAMPO DA PREVENÇÃO

Flavio Maldonado Bentes¹

Emerson Moraes Teixeira²

Renata Schneider Viaro³

RESUMO

Os acidentes de trabalho representam grande parte das perdas materiais e humanas nas empresas atuais. Algumas perdas são irreversíveis e, muitas vezes, por se tratarem de vidas envolvidas, de difícil mensuração. Diante de um cenário tão ruim, pode-se inferir que, até certo ponto, muitos dos acidentes poderiam ser evitados se medidas adequadas fossem adotadas desde a concepção do projeto. Mas não basta somente entender que o risco existe e é algo controlável. A empresa é responsável por criar mecanismos para que um simples evento adverso não venha a se tornar algo catastrófico.

Palavras-chave: Prevenção. Acidentes. Concepção de projeto. Ações integradas.

PERSPECTIVES OF INTEGRATED ACTIONS ON FIELD OF PREVENTION

ABSTRACT

Work accidents are responsible for much of the material and human losses in companies. Some losses are irreversible and because they are involved lives, are also difficult to measure. Faced with such a bad scenario, it can be inferred that many accidents could be avoided if appropriate measures were adopted from designing the project. It is not enough to understand that the risk exists and is something manageable, companies are responsible for creating mechanisms for a single adverse event does not turn into something catastrophic.

Keywords: Prevention. Accident. Project design. Integrated Actions.

1 INTRODUÇÃO

O ambiente produtivo traz desafios constantes ao trabalhador, nas mais diferentes funções. A necessidade de produzir, atingir metas empresariais, cobranças das mais variadas em termos de competitividade, produção de resultados, dentre outros, fazem com que o ambiente

¹ Doutor em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil
flavio.bentes@gmail.com

² Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil
emerson.teixeira@fundacentro.gov.br

³ Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil
renata.viaro@fundacentro.gov.br

de trabalho seja estressante e os riscos existentes passem a ser tratados como algo irrelevante desde que existam e não venham a interromper a produção ou prejudicá-la, até que em um determinado momento o acidente ocorre.

Esta realidade comum ao ambiente laboral no Brasil e no mundo pode ser considerada um retrato de dados alarmantes – atualmente, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), ocupamos o quarto lugar no ranking dos países causadores de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, são cerca de 700 mil acidentes e quase 3 mil mortes a cada ano (VIARO, 2015).

Os especialistas alertam para as normas regulamentadoras, que, se fossem executadas na sua totalidade, levariam o Brasil a ser considerado um dos maiores exemplos de prevenção do trabalhador em seu meio ambiente laboral. Abordam os mais diferentes aspectos referentes às questões de segurança e saúde do trabalho (SST), infinitos estudos são feitos nas áreas de gerenciamento de riscos e diferentes modelos são propostos, pode-se dizer também que as empresas dispõem de um aparato tecnológico que é utilizado dentro das corporações objetivando melhoras constantes nos resultados da produção, entretanto apesar de todos esses avanços os acidentes de trabalho são uma realidade constante nesse universo.

Pretende-se com este artigo fazer uma reflexão sobre algumas abordagens no tema segurança do trabalho de uma forma crítica, trazendo ao debate uma abrangência mais ampla e significativa do termo prevenção. O texto descreverá de forma clara o entendimento de que os riscos devem ser associados também aos fatores psicossociais, além dos tradicionalmente já abordados no campo da engenharia, com uma visão ampliada desde a concepção do projeto.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Inicialmente é feita uma discussão em termos dos riscos tradicionalmente abordados nas empresas. Após esta análise são apresentados fatores de riscos psicossociais e mostrada a importância destes no campo da prevenção. Em seguida é discutida a importância desses conceitos dentro das empresas na concepção de projeto. Uma discussão sobre o tema é levantada em função da proposição de ações inovadoras nesse contexto, algo pouco intrínseco na cultura das empresas. Por último são apresentadas as considerações finais do nosso artigo.

3 DESENVOLVIMENTO

A SST é uma abordagem multidisciplinar para o reconhecimento, diagnóstico, tratamento e prevenção de doenças, lesões e outras condições adversas de saúde, resultantes de exposições no local de trabalho, de um meio ambiente que pode apresentar perigos, afetando até a casa e a comunidade (VIARO; FIANI, 2015).

Considerada uma área de grande complexidade, por estar presente em todos os setores da economia, cuja evolução é dinâmica e depende do avanço tecnológico, bem como da variação dos riscos observados que acompanham tal dinâmica, onde se destacam, atualmente, os riscos tradicionais e os psicossociais, detalhados a seguir (VALLADÃO; VIARO, 2015).

3.1 Modelos de prevenção baseados nos riscos tradicionais

Os modelos de prevenção propostos nas empresas, bem como em pesquisas estão em sua maioria unicamente associados os riscos tradicionais, amplamente difundidos na literatura, referem-se primariamente aos agentes químicos, físicos e biológicos. Também são contextualizados modelos que envolvem fatores ergonômicos que segundo Marziale (1995) estão relacionados à adequação entre o homem e o trabalho, bem como às formas de organização do trabalho onde as capacidades psicofisiológicas dos trabalhadores não são consideradas.

Complementando a classificação tradicional estão os riscos de acidentes, tais como quedas, choques elétricos, queimaduras, cortes, perfurações, dentre outros. Essa é a classificação tradicionalmente utilizada.

Com relação aos modelos utilizados no campo da saúde do trabalhador Marziale e Jesus (2008) verificaram que um pequeno número de pesquisas utilizam modelos teóricos de intervenção e explicativos da promoção da saúde no trabalho, principalmente no que se refere à prevenção de doenças ocupacionais e acidentes do trabalho.

Segundo Bentes (2010), de uma maneira geral, os acidentes e doenças do trabalho acontecem em virtude não apenas de um evento isolado e inesperado, mas como resultado de um somatório de fatores.

Para Balsamo e Felli (2006), da complexidade e variedade de fatores interferentes na ocorrência dos acidentes de trabalho, surge a necessidade de pensar possíveis artifícios de intervenção.

3.2 Fatores psicossociais no ambiente de trabalho e suas interferências

Estudo desenvolvido por Takahashi e outros (2012) na construção civil afirma que as características de organização do trabalho do setor – precarização, terceirização, fragilidade dos vínculos empregatícios, alta rotatividade, baixos níveis de escolaridade e baixos salários – apresentam-se como obstáculos às ações de vigilância em saúde do trabalhador.

Importantes pesquisas europeias indicam que nos últimos anos o número dos riscos ditos tradicionais (físicos, químicos, biológicos) se mantiveram, enquanto os riscos psicossociais (pressão no trabalho, intensificação, ameaça do desemprego) aumentaram significativamente (TEIXEIRA, 2011). Este panorama nos traz a preocupação sobre a existência destes riscos não “objetiváveis”, não conhecidos, isto é, a dimensão imaterial do trabalho.

Os riscos tradicionais são identificados de modo objetivo, e as intervenções se dão através da aplicação das normas regulamentadoras que preconizam, invariavelmente, a segurança e a saúde do trabalhador. Sob esta ótica as incongruências observadas são imediatamente confrontadas pelo arcabouço legal e técnico produzido para o alcance das melhores práticas do processo produtivo nos diferentes setores da economia.

Quando envidamos esforços para adentrar na dimensão imaterial do trabalho queremos na verdade compreender a complexidade e variabilidade dos aspectos humanos e do trabalho. Assumir esta postura, certamente, não é fácil, porém, é desafiador porque para este fim não cabem generalizações nem raciocínios reducionistas (RUIZ; ARAÚJO, 2012). Os riscos psicossociais caminham na esteira da complexidade das relações humanas (subjetividades) e de

trabalho. Muitos deles são pouco previsíveis, por isso nem sempre conseguimos identificá-los ou mensurá-los antes que seus efeitos apareçam.

Uma importante e peculiar observação a fazer sobre os estudos na esfera psicossocial é o olhar empregado aos instrumentos de medida. Ainda há a concepção reducionista que limita os problemas e dinâmicas da existência humana nos espaços organizacionais, por exemplo, a mero cálculo. Isso faz com que os estudiosos observem e valorizem a abstração dos cálculos matemáticos à condição humana. Gaulejac apresenta a seguinte concepção: o ato de medir deve ser para melhor compreender determinado fenômeno. Mas querem compreender apenas aquilo que for mensurável (GAULEJAC, 2007). Segundo Herbert Marcuse é um universo do discurso “que se fecha para qualquer outro discurso que não empregue seus termos” (MARCURSE, 1972 apud GAULEJAC, 2007, p. 74). A proposta psicossocial preocupa-se em compreender o universo de significados que determinado fenômeno apresenta numa perspectiva interdisciplinar. Portanto, a mensuração, quando aplicada, contribuirá, metodologicamente, para melhor compreender o objeto estudado.

Os fatores psicossociais evidenciam-se em diferentes nuances do trabalho. Encontramos suas manifestações na dimensão da psiquê, nos aspectos sociais, estruturais, na simbólica e imaginária, nos aspectos econômicos. Estes fatores são percebidos quando trabalhadores sofrem a opressão e a injustiça no trabalho. Quando há a manifestação de diferentes formas de violência no trabalho, como o abuso de poder, o qual se manifesta através da força física, da coação psíquica, moral e normativa, exercidas pelos sujeitos individuais ou coletivos.

As ações de violência no trabalho existem porque as organizações adotam modelos de gestão apoiados em valores distorcidos e muitas vezes disformes à natureza humana. São modelos perpetuadores da racionalidade instrumental, onde só tem valor àquilo que aos olhos dos interesses da organização há alguma utilidade. Faria (2007) é categórico ao declarar que esta é a lógica da alienação, da garantia da reprodução do sistema e da manutenção da falta de consciência dos trabalhadores em relação a sua própria exploração e condição. A aceitação desta realidade consiste em reproduzir as condições de produção e de poder, este último se caracteriza pela submissão. Esta racionalidade determina o ritmo do trabalho sem muitas vezes considerar as limitações humanas e põe os trabalhadores em condições insatisfatórias, insalubres, os fazendo reféns, coagidos e amedrontados se não cumprirem, minimamente, ao pré-estabelecido para a produtividade.

Glina (2010) nos apresenta uma definição para riscos psicossociais: são “aspectos do desenho do trabalho, organização e gerenciamento do trabalho e seus contextos sociais e ambientais, que têm o potencial de motivar danos psicológicos e sociais ou físicos”. A Organização Internacional do Trabalho - OIT destacou em publicação que os fatores psicossociais e o estresse relacionado à atividade de trabalho estão entre os riscos emergentes e relacionados com as novas características do mundo do trabalho (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2010 apud RUIZ, ARAÚJO, 2012).

Destaca-se neste trecho o que há de primordial na constituição de um sujeito participante de diferentes grupos e espaços sociais. Fala-se da subjetividade, isto é:

A forma de construção da concepção ou percepção do real, que integra o domínio das atividades psíquicas, emocionais e afetivas do sujeito individual ou coletivo que formam a base da tradução racional idealizada dos valores, interpretações, atitudes e ações. (FARIA, 2007, p. 46).

É a forma particular do sujeito interpretar o mundo em que vive e dar a ele o seu significado, a sua concepção. Mas a inquietação que temos reside na questão: O que as práticas organizacionais alicerçadas nos valores econômicos e sociais do capital fazem com a subjetividade do trabalhador?

Vemos a nítida existência de mecanismos de controle que afetam os processos de trabalho. São ideologias impostas pelas organizações em que os trabalhadores deverão submeter-se ou, do contrário, serão convidados a se retirarem. Neste contexto complexo de interesses muitas vezes antagônicos vemos trabalhadores terem sua subjetividade sequestrada, como nos diz Faria (2004). Ter a subjetividade sequestrada consiste em submeter os indivíduos à aceitação de regras impostas como se fossem coletivamente construídas. Este processo se intensificou através do controle psicológico, da reorganização dos modelos de gestão e produção. A intensificação do ritmo de trabalho, a produção enxuta, gestão flexível oportunizam o sequestro da subjetividade. Técnicas como kaizen, just in time, CCQ são facilitadores deste processo violento contra o trabalhador. Além do aumento de trabalho é submetido a condições físicas e psicológicas precárias no ambiente de trabalho. Vive-se constantemente uma relação de poder e de controle das organizações sobre os trabalhadores. Assim, o sequestro da subjetividade, segundo Faria (2007, p. 67) “é submeter o indivíduo a um sistema em que se devem aceitar regras impostas como sendo construção coletiva”. Teria por “ propósito anular as práticas de questionamento em temas relacionados exatamente às próprias relações de poder e controle”.

Por uma questão social de sobrevivência, mas também por um narcisismo, os indivíduos estabelecem condutas para serem aceitos em seus meios, aceitos pela organização, se submetem às regras impostas. Produzem no âmbito da moralidade, condutas que correspondam à expectativa de aceitação social e amenização de repreensões (FARIA, 2007, p. 48).

Num primeiro momento essa dinâmica organizacional pode parecer atraente, desafiadora, envolvente. Com o passar do tempo a pressão sofrida, a exigência do aumento de produtividade e resultados, as metas não alcançadas (muitas inatingíveis), a competitividade entre os pares propiciam um ambiente de trabalho insalubre, repleto de trabalhadores sequelados, doentes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica claro no presente estudo a importância da prevenção para o combate desta epidemia silenciosa, que pode ser considerada no campo da SST, com acidentes e doenças presentes nas mais diversas formas, desde acidentes considerados decorrentes dos riscos tradicionais, como por exemplo, uma explosão com vítimas, até doenças resultantes de questões psicossociais, como a depressão devido ao assédio moral no ambiente laboral.

Através desta análise procura-se chamar a atenção para o crescimento dos riscos psicossociais, pois devido ao seu caráter mais subjetivo, a sua identificação e quantificação encontram maiores dificuldades, porém a sua magnitude pode ser equivalente ou superior aos riscos tradicionais, resultando inclusive, na ocorrência de incidentes ou acidentes com os mais diversos graus de magnitude.

REFERÊNCIAS

BALSAMO A. C.; FELLI V. E. A. Estudo sobre os acidentes de trabalho com exposição aos líquidos corporais humanos em trabalhadores da saúde de um hospital universitário. **Revista Latinoamericana de Enfermagem**, v. 14, n. 3, p. 346-353, 2006.

BENTES, F. M. Gestão de riscos: avaliação minuciosa: empresas devem aplicar métodos de prevenção mais eficazes para reduzir os acidentes. **Proteção**, Novo Hamburgo, v. 1, p. 64-66, 2010.

FARIA, J. H. de. **Economia política do poder**: as práticas do controle nas organizações. Curitiba: Juruá, 2004.

FARIA, J. H. de (Org.). **Análise crítica das teorias e práticas organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2007.

GAULEJAC, V. **Gestão como doença social**: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. São Paulo: Ideias & Letras, 2007.

GLINA, D. Modelos teóricos de estresse e estresse no trabalho e repercussões na saúde do trabalhador. In: GLINA, D.; ROCHA, L. E. (Org.). **Saúde mental no trabalho**: da teoria à prática. São Paulo: Roca, 2010. p. 3-30.

MARZIALE, M. H. P. **Condições ergonômicas da situação de trabalho do pessoal de enfermagem, em uma unidade de internação hospitalar**. 1995. 163 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

MARZIALE, M. H. P.; JESUS, L. C. Modelos explicativos e de intervenção na promoção da saúde do trabalhador. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 654-659, 2008.

RUIZ, S. V.; ARAÚJO, L. L. A. Saúde e segurança e a subjetividade no trabalho: os riscos psicossociais. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 37, n. 125, p. 170-180, 2012.

TAKAHASHI, M. A. B. C. et al. Precarização do trabalho e risco de acidentes na construção civil: um estudo com base na análise coletiva do trabalho (ACT). **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 976-988, 2012.

TEIXEIRA, M. E. **Atuação da Fundacentro**: avaliação institucional e fatores explicativos no contexto da ciência e tecnologia. 2011. 97 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

VALLADÃO, E.; VIARO, R. S. Formação continuada dos engenheiros e técnicos de segurança. **Vertentes e Desafios da Segurança**, Leiria, p. 269-272, 2015.

VIARO, R. S. Ranking brasileiro de acidentes de trabalho: o caso do Paraná. **Segurança do Trabalho**: NR-12, Paraná, p. 6-11, abr. 2015.

VIARO, R. S.; FIANI, R. Governance structures in safety and health at work area: the case of European agency for safety and health at work. In: WINIR INSTITUTIONS, DEVELOPMENT AND GLOBALIZATION, 2., 2015, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: [s.n.], 2015. Disponível em: <http://www.fundacentro.gov.br/arquivos/link/noticias/Artigo%20Renata%20Viaro_20150916172632.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2015.